



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2019.0000380013

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2048126-86.2019.8.26.0000, da Comarca de Guarulhos, em que é agravante [REDACTED]

[REDACTED], são agravados [REDACTED]

e [REDACTED]

([REDACTED]).

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 14ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento em parte ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores LÍGIA ARAÚJO BISOGNI (Presidente sem voto), MELO COLOMBI E THIAGO DE SIQUEIRA.

São Paulo, 17 de maio de 2019.

**Achile Alesina**

**Relator**

Assinatura Eletrônica

VOTO Nº : 14.305  
COMARCA : Foro de Guarulhos 10ª Vara Cível  
AGTE. : [REDACTED]  
AGDO. : [REDACTED]  
AGDO. : [REDACTED] ([REDACTED])

**AGRAVO DE INSTRUMENTO** – Antecipação da tutela - Obrigação de fazer – Registro de diploma efetuado em 2016 e cancelado em 2018 – Pedido de tutela de urgência para agravante tomar posse no cargo de diretora de ensino – Possibilidade – Cassação não pode retroagir para alcançar ato administrativo anterior sem violação à direito adquirido - Presença dos requisitos previstos no artigo 300 do CPC - A portaria nº 738 do MEC, de 22/11/16, que determinou a instauração de processo administrativo contra a [REDACTED] e suspendeu sua autonomia para registro de diplomas, foi revogada pela Portaria nº 910, de 26/12/2018, o que torna válido o diploma da agravante **Recurso provido**

**MULTA** – Pedido de imposição – Desnecessária a imposição de multa tendo em vista que a [REDACTED] já reativou o registro do diploma - **Recurso não provido.**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DISPOSITIVO** Recurso parcialmente provido.

2

Trata-se de recurso de agravo de instrumento interposto em face da r. decisão proferida pelo MM. Juiz de Direito, Dr. Lincoln Antonio Andrade de Moura, que indeferiu a liminar pleiteada para reativar o registro do diploma da recorrente, emitido em 10/06/2016, e registrado em 15/07/2016, e declarar a validade do registro para que a recorrente possa tomar posse do cargo de Diretora Escolar.

Busca a agravante a reforma do decidido.

Recurso regularmente processado, sendo deferido, em sede recursal, a antecipação da tutela provisória de urgência, nos termos do artigo 1.1019, inc. I, c.c. art. 300, caput e §3º do CPC/15, para determinar a validação do diploma de ensino superior da agravante, por meio da desconstituição do ato de cancelamento do registro praticado pela [REDACTED] e/ou realização de registro por outra Universidade devidamente credenciada junto ao MEC (fls. 103/105).

A parte agravada manifestou-se nos autos informando o cumprimento da obrigação, atinente a reativação do registro do diploma e junta comprovante de que o diploma está ativo (fls. 112/138).

É o relatório.

A agravante move ação de obrigação de fazer contra a instituição de ensino, afirmando, em síntese, que: teria obtido sua graduação no curso de Pedagogia no ano de 2016 de maneira que, ciente desta qualificação teria prestado concursos para o cargo de Diretora de Ensino; obtendo sucesso em concurso,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

precisou ela apresentar a documentação pertinente para posse do cargo; que tomou conhecimento de que o registro de seu diploma teria sido cancelado; que, os problemas ocorridos com a instituição de ensino responsável pelo seu curso não podem lhe causar prejuízo, bem como assevera que a Portaria 910/18, originária da Secretaria de Regulação e Supervisão de Educação Superior, bem como a Portaria 862/18, também oriunda da mesma Secretaria, teriam apresentado disposições que implicariam na revogação da ordem de cancelamento do registro do diploma em apreço; afirma que faz jus à regularização de seu diploma, para que possa tomar posse do cargo de Diretora de Ensino.

A ação de obrigação de fazer interposta busca:

**a) A concessão do benefício da gratuidade de justiça;**

3

**b) A concessão de ordem liminar, para que este juízo declare a validade do diploma em voga, impondo as rés que entreguem no diploma de Pedagogia à autora, no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária;**

**c) Em caráter subsidiário que a [REDACTED] proceda ao registro do diploma da autora, no prazo de 48 horas, sob pena de multa diária;**

**d) A condenação das rés ao pagamento de indenização por danos morais, no importe correspondente a R\$13.000,00;**

**e) Que as rés sejam condenadas ao pagamento de indenização por danos materiais, na qualidade de lucros cessantes, enquanto perdurar o cancelamento do certificado, caso a autora perca a posse de seu cargo de Diretora, ou, ainda, se ela vir a ser exonerada de seu cargo atual, caso a perda do cargo decorra do cancelamento de seu diploma.**

Concedidos os benefícios da gratuidade, a r. Decisão recorrida (fls. 66/68) indeferiu o pedido liminar por não vislumbrar elementos que confirmem plausibilidade à argumentação apresentada pela autora.

Recorre a autora buscando a antecipação dos efeitos da tutela para desconstituir o ato praticado pelas agravadas que cancelaram o registro do diploma da agravante, e por conseguinte, que seja declarada a validade do documento até o julgamento final da lide.

Pois bem.

Estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do C.P.C.

Com efeito, como dito na decisão que concedeu a antecipação da tutela (fls. 103/105), ao tempo da formatura da agravante (10/12/2015 \_ fl.29) e emissão do diploma (10/06/2016 \_ cf. fl. 29/30) a Universidade agravada mantinha regular registro no MEC.

A cassação do registro deu-se em dezembro de 2018 (cf. fl.75).



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ora, resta evidente que a cassação não pode retroagir para alcançar ato administrativo anterior sem violação à direito adquirido, presente pois a verossimilhança das alegações.

Neste sentido, precedente deste Eg. Tribunal:

**Prestação de serviços escolares. Ação declaratória de validade de diploma. Decisão agravada que indeferiu o pedido de tutela de urgência. Elementos suficientes para convencer da presença de todos os pressupostos autorizadores da tutela de urgência. Decisão reformada. Recurso parcialmente provido.**

4

**(TJSP; Agravo de Instrumento 2032875-28.2019.8.26.0000; Relator (a): Cesar Lacerda; Órgão Julgador: 28ª Câmara de Direito Privado; Foro Regional VI - Penha de França - 1ª Vara Cível; Data do Julgamento: 14/03/2019; Data de Registro: 14/03/2019).**

Observe-se a decisão proferida no Agravo de instrumento nº 2019151-54.2019.8.26.0000, Relator Tasso Duarte de Melo, em 12/02/2019:

“...

**Requer a antecipação dos efeitos da tutela recursal e, ao final, o provimento do recurso para que seja determinada a validação do seu diploma de ensino superior, por meio da desconstituição do ato de cancelamento praticado pela [REDACTED] e/ou realização de novo registro por outra Universidade devidamente credenciada junto ao MEC.**

**Concede-se a antecipação dos efeitos da tutela recursal para determinar a validação do diploma de ensino superior da Agravante, por meio da desconstituição do ato de cancelamento do registro praticado pela [REDACTED] e/ou realização de novo registro por outra Universidade devidamente credenciada junto ao MEC.**

**A antecipação dos efeitos da tutela provisória de urgência em sede recursal, nos termos do art. 1.019, inc. I, c.c. art. 300, caput e § 3º, do NCPC, exige: (a) a probabilidade de tutela do direito; (b) o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo; e, em se tratando de tutela antecipada, (c) a inexistência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.**

**Prima facie, presente a probabilidade do direito, porquanto verossímeis as alegações da Agravante. Ao tempo da sua formatura e emissão do diploma (junho de 2016 fls. 26/27), a Agravada mantinha regular registro no MEC. Eventual cassação do seu registro em dezembro de 2018, em análise superficial, não poderia, retroagir para alcançar ato administrativo anterior, sem a violação a direito adquirido.**

**O perigo de dano irreparável ou de difícil reparação decorre da necessidade de entrega do diploma para posse no cargo de professora. Informe-se ao Juízo a quo a antecipação dos efeitos da tutela recursal, não lhe sendo necessário prestar informações.”**

O perigo de dano encontra-se no fato de a recorrente ver



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

cerceado seu direito de tomar posse do cargo de Diretora em razão do cancelamento do registro de seu diploma.

A probabilidade do direito reside no fato de que a portaria nº 738 do MEC, de 22/11/16, que determinou a instauração de processo administrativo contra a [REDACTED] e suspendeu sua autonomia para registro de diplomas, foi revogada pela Portaria nº 910, de 26/12/2018, o que torna válido o diploma da agravante, confira-se o artigo 4º da referida Portaria:

5

**“Art. 4º A [REDACTED] (Cod. 330) deverá corrigir eventuais inconsistências constatadas pela SERES/MEC nos 65.173 registros de diplomas cancelados, no prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento de notificação da SERES/MEC.”**

Não fora tudo isso, o registro do diploma da agravante é de 15/07/2016 (confira-se fls. 166), ou seja, anterior à Portaria nº 738, que é de 22/11/2016.

Diante do acima exposto e do fato de que a [REDACTED] já reativou o registro do diploma, conforme contraminuta e documento juntado às fls. 166, desnecessária a imposição de pena de multa, conforme requerido pela autora neste recurso de agravo.

Assim e em harmonia com todo o exposto, DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

**ACHILE ALESINA**

**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

6